



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO PARA A
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

EDITAL Nº 13/2019

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais, torna pública a retificação do subitem 2.1 do Edital nº 009/2019 de 22 de janeiro de 2019, conforme a seguir especificado.

Das vagas a serem preenchidas

[...]

2.1. Os candidatos serão selecionados e classificados para ocupar 8 (oito) vagas, e cadastro de reserva para futura contratação junto à Defensoria Pública do Estado do Paraná, sede de Foz do Iguaçu.

[...]

13

Foz do Iguaçu, 29 de janeiro de 2019.

Luíza Northfleet Przybylski

Defensora Pública

Sede de Foz do Iguaçu

Defensoria Pública do Estado do Paraná



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Anexo I

Conteúdo Programático

- Direito Constitucional: Constituição da República Federativa do Brasil especialmente: art. 1º, Art. 5º, art. 6º, art. 7º, art. 134, e CAPÍTULO VII - DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO JOVEM E DO IDOSO (arts. 226 a 230).

- Princípios Institucionais: Defensoria Pública na Constituição Federal (art. 134 da CF); Lei Complementar Federal nº 80, especialmente: arts. 1º a 4º-A e art. 127 e 128.

- Direito Penal: Código Penal, especialmente arts. 1º a 4º, arts. 13 a 42, arts. 48 a 76, art. 121, art. 155, art. 157.

- Direito Processual Penal: Código de Processo penal, especialmente: DO INQUÉRITO POLICIAL (arts. 4º a 23); DA AÇÃO PENAL (arts. 24 a 62); DA PROVA – DISPOSIÇÕES GERAIS (art. 155 a 157); DO INTERROGATÓRIO (arts. 185 a 196); DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS (arts. 226 a 228); DA BUSCA E APREENSÃO (arts. 240 a 250); art. 263; TÍTULO IX - DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA (arts. 282 a 350); TÍTULO I - DO PROCESSO COMUM - CAPÍTULO I - DA INSTRUÇÃO CRIMINAL (arts. 394 a 405); art. 564.

- Direito Civil: Das Pessoas (Arts. 1º ao 21 do CC); Do Direito de Família: Do casamento heteroafetivo e homoafetivo: habilitação, celebração, eficácia, direitos e deveres. Invalidade do casamento, separação e divórcio (art. 226 da CF, art. 1.511 a 1.582 do CC, Resolução n. 175/2013); Regime de bens (art. 1.639 a 1.688); União estável. Aspectos constitucionais. Características, direitos, deveres e efeitos patrimoniais. Regime de bens (art. 226 da CF, art. 1.723 a 1.727 do CC, Lei n. 9.278/96, Resolução n. 175/2013); Alimentos. Princípios informativos do direito alimentar. Conceito, Natureza, e Classificação dos alimentos. Características da obrigação alimentar. Origens e sujeitos das obrigações alimentares. Alimentos Gravídicos (art. 1.694 a 1.710 do CC, Lei n. 5.478/68, Lei n. 11.804/08). Guarda (art. 1.583 a 1.590 do CC). Da Tutela, Curatela e da Tomada de Decisões Apoiada (art. 1.728 a 1.783-A).

- Direito Processual Civil: Da Competência Territorial (art. 42 a 66 do NCPC). Da Defensoria Pública (art. 185 a 187 do NCPC). DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS (art. 528 a 531 do NCPC).



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

- Direito das Crianças e dos Adolescentes: Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente arts. 15 a 19-A, arts. 20 a 25, art. 28, art. 33, art. 39, art. 41, art. 92, incisos I a IX, art. 101, arts. 103 a 128, arts. 171 a 190.

- Execução Penal: Disposições do Código Penal e Lei de Execuções Penais referentes ao cumprimento da pena, especialmente: DO OBJETO E DA APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL (art. 1º a 4º); DA DISCIPLINA (art. 44 a 60 da Lei de Execuções Penais); DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE: (art. 33 a 42 do Código Penal); DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS (art. 44 a 48 do Código Penal); DA APLICAÇÃO DA PENA (art. 69 a 76 do Código Penal); DO LIVRAMENTO CONDICIONAL (art. 83 a 90 do Código Penal), (art. 131 a 146 da Lei de execução Penal); DOS REGIMES (art. 110 a 119 da LEP); art. 107 do Código Penal; arts. 82, 83 e 193 da Lei de Execuções penais.